



GOVERNADOR
Sérgio Cabral

VICE-GOVERNADOR
Luiz Fernando de Souza

ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL
Regis Fichtner

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO
Wilson Carlos Cordeiro da Silva Carvalho

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Sérgio Ruy Barbosa Guerra Martins

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ENERGIA, INDÚSTRIA E SERVIÇOS
Júlio César Carmo Bueno

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS
Hudson Braga

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA
José Mariano Beltrame

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
Cesar Rubens Monteiro de Carvalho

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
Sérgio Luiz Côrtes da Silveira

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL
Sérgio Simões

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
Wilson Risolia Rodrigues

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Gustavo Reis Ferreira

SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO
Rafael Carneiro Monteiro Piciani

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
Julio Luiz Baptista Lopes

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
Carlos Minc Baumfeld

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
Christino Aureo da Silva

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, ABASTECIMENTO E PESCA
Felipe dos Santos Peixoto

SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E RENDA
Roseli Ramos Duarte Fernandes

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
Adriana Scorzelli Rattes

SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS
Zaqueu da Silva Teixeira

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER
André Luiz Lazaroni de Moraes

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO
Ronald Abrahão Ázaro

SECRETARIA DE ESTADO DE ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL E QUALIDADE DE VIDA
Marcus Vinicius de Vasconcelos Ferreira

SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
Cidinha Campos

SECRETARIA DE ESTADO DE PREVENÇÃO A DEPENDÊNCIA QUÍMICA
Filipe de Almeida Pereira

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Lucia Lea Guimarães Tavares



AVISO: O Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro
Parte I - Poder Executivo (com o Caderno de Notícias),
Parte I-JC — Junta Comercial,
Parte I (DPGE) — Defensoria Pública Geral do Estado,
Parte I-A — Ministério Público,
Parte I-B — Tribunal de Contas e Parte IV - Municípios
circulam hoje em um só caderno

PORTAL DO CIDADÃO - GOVERNO DO ESTADO

www.governo.rj.gov.br

SUMÁRIO

Atos do Poder Legislativo
Atos do Poder Executivo	1
Gabinete do Governador	1
Governadoria do Estado
Gabinete do Vice-Governador

ÓRGÃOS DA CHEFIA DO PODER EXECUTIVO (Secretarias de Estado)	
Casa Civil	15
Governo
Planejamento e Gestão	16
Fazenda	17
Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços
Obras	20
Segurança	20
Administração Penitenciária	20
Saúde	20
Defesa Civil	22
Educação	22
Ciência e Tecnologia	22
Habitação
Transportes
Ambiente	25
Agricultura e Pecuária
Desenvolvimento Regional, Abastecimento e Pesca
Trabalho e Renda
Cultura	26
Assistência Social e Direitos Humanos	27
Esporte e Lazer	27
Turismo
Envelhecimento Saudável e Qualidade de Vida
Proteção e Defesa do Consumidor
Prevenção a Dependência Química
Procuradoria Geral do Estado	27
AVISOS, EDITAIS E TERMOS DE CONTRATO	28
REPARTIÇÕES FEDERAIS

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 44.302 DE 19 DE JULHO DE 2013

cria comissão especial de investigação de atos de vandalismo em manifestações públicas - CEIV e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

CONSIDERANDO:

- os recentes e reiterados acontecimentos envolvendo atos de vandalismo perpetrados por grupos organizados, causadores de danos à incolumidade física de pessoas e destruição do patrimônio público e privado; e

- a necessidade de as instituições públicas incumbidas da defesa do Estado Democrático de Direito se organizarem para promover uma maior eficiência na investigação e na tomada de providência para a prevenção da ocorrência de novos atos de vandalismo e punição das práticas criminais já perpetradas.

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituída a Comissão Especial de Investigação de Atos de Vandalismo em Manifestações Públicas - CEIV, a ser composta por representantes das seguintes instituições:

- a) Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro;
- b) Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro;
- c) Polícia Civil;
- d) Polícia Militar.

§ 1º - Os Chefes das Instituições mencionadas neste artigo indicarão os integrantes da Comissão, composta por tantos membros quantos por elas considerados necessários.

§ 2º - A Presidência da Comissão caberá a um dos representantes do Ministério Público, indicado pelo Procurador-Geral de Justiça.

§ 3º - A Comissão contará com a estrutura administrativa necessária para o seu funcionamento, devendo as suas requisições de pessoal e infraestrutura serem atendidas com prioridade.

§ 4º - O Secretário Chefe da Casa Civil acompanhará os trabalhos da Comissão, podendo solicitar informações necessárias para a tomada de decisões por parte do Governador do Estado.

§ 5º - A Comissão tem por finalidade a otimização dos trabalhos de investigação, não importando na alteração das competências e prerrogativas legais das Instituições dela integrantes.

Art. 2º - Caberá à CEIV tomar todas as providências necessárias à realização da investigação da prática de atos de vandalismo, podendo requisitar informações, realizar diligências e praticar quaisquer atos necessários à instrução de procedimentos criminais com a finalidade de punição de atos ilícitos praticados no âmbito de manifestações públicas.

Art. 3º - As solicitações e determinações da CEIV encaminhadas a todos os órgãos públicos e privados no âmbito do Estado do Rio de Janeiro terão prioridade absoluta em relação a quaisquer outras atividades da sua competência ou atribuição.

Parágrafo Único - As empresas Operadoras de Telefonia e Provedores de Internet terão prazo máximo de 24 horas para atendimento dos pedidos de informações da CEIV.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 19 de julho de 2013

SÉRGIO CABRAL

Id: 1530575

RETIFICAÇÃO
D.O. DE 19.07.2013
PÁGINA 02 - 2ª COLUNA

DECRETO Nº 44.301 DE 18 DE JULHO DE 2013

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR A ÓRGÃO E ENTIDADES ESTADUAIS, NO VALOR GLOBAL DE R\$ 14.006.994,79, PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES CONSIGNADAS AO ORÇAMENTO EM VIGOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Onde se lê:

- e o que consta dos Processos nº E-01/004/167/2013, E-01/004/168/2013, E-07/001/1415/2013 e E-08/005/368/2013,

ANEXO I
CRÉDITO SUPLEMENTAR

Processo nº: E-01/004/167/2013, E-01/004/168/2013, E-07/001/1415/2013, E-08/005/368/2013

Leia-se:

- e o que consta dos Processos nº E-01/004/167/2013, E-01/004/168/2013, E-17/001/1415/2013 e E-08/005/368/2013,

ANEXO I
CRÉDITO SUPLEMENTAR

Processo nº: E-01/004/167/2013, E-01/004/168/2013, E-17/001/1415/2013, E-08/005/368/2013

Id: 1530634

Despachos do Governador

DESPACHO DO GOVERNADOR
EXPEDIENTE DE 19 DE JULHO DE 2013

PROCESSO Nº E-04/053/43/2013 de 17.07.2013 - Lei de Responsabilidade Fiscal - Relatório Resumido da Execução Orçamentária - 3º Bimestre - Exercício 2013.

De acordo. Publique-se.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO-JUNHO

Emissão: 18/07/2013
R\$1,00

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Jan a jun 2013 (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	69.490.547.506	69.490.547.506	12.163.632.090	17,50	31.990.129.683	46,04	37.500.417.823
RECEITAS CORRENTES	58.838.251.226	58.838.251.226	9.852.703.296	16,75	27.929.696.449	47,47	30.908.554.777
RECEITA TRIBUTÁRIA	38.968.308.044	38.968.308.044	6.027.920.600	15,47	18.086.320.190	46,41	20.881.987.854
Impostos	37.065.721.846	37.065.721.846	5.635.818.469	15,20	16.918.990.208	45,65	20.146.731.638
Taxas	1.902.586.198	1.902.586.198	392.102.131	20,61	1.167.329.982	61,35	735.256.216
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.384.384.653	1.384.384.653	200.704.392	14,50	690.931.110	49,91	693.453.543
Contribuições Sociais	1.384.384.653	1.384.384.653	200.704.392	14,50	690.931.110	49,91	693.453.543
RECEITA PATRIMONIAL	9.353.017.834	9.353.017.834	1.792.193.087	19,16	4.442.062.285	47,49	4.910.955.549
Receitas Imobiliárias	42.671.391	42.671.391	8.396.537	19,68	24.551.658	57,54	18.119.733
Receitas de Valores Mobiliários	444.562.845	444.562.845	106.370.521	23,93	266.878.984	60,03	177.683.861
Receita de Concessões e Permissões	1.185.372.079	1.185.372.079	7.247.893	0,61	18.955.347	1,60	1.166.416.732